

| | |
|-----------|----------------|
| Ata N.º | 05/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2014 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

----- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e catorze, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se 5.ª sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de dezembro do ano em curso. -----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e trinta e cinco minutos minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária.-----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Manuel Moraes Ramos -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Ilídio Silva Ferreira-----

----- Fernando da Costa Félix -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Maria do Rosário Morgado Simões -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Martins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; ----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceu à reunião o membro Sr. José Luís Lopes Ramos, 2.º secretário da Mesa da Assembleia. -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Esteve presente na sessão a Sr.ª Vereadora Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora em regime de permanência e Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art.º 48.º da referida Lei n.º 169/99. -----

----- Dada a ausência do Sr. José Luís Lopes Ramos, segundo secretário, o Sr. Presidente da Assembleia chamou para a Mesa a Sr.ª Maria do Rosário Morgado Simões.-----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- **a) Expediente recebido** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 30 de Junho e 29 de Setembro de 2014.-----

----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal a Sessões do Órgão:**-----

----- Apresentaram por escrito, pedido de justificação de falta à sessão o do dia 29 de Setembro os membros Srs. José Luís Lopes Ramos e Diogo Martins Cardoso. O Membro Sr. José Luís Lopes Ramos apresentou também pedido de justificação de falta à sessão de hoje, dia 15 de Dezembro. -----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar os pedidos e justificou as respetivas ausências.-----

----- **c) Informação sobre a atribuição de apoio às Freguesias ao abrigo da deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2013.** -----

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dado conhecimento à Assembleia Municipal, da atribuição de um apoio pecuniário à Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira no montante de oito mil e quinhentos euros.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveu-se e usou da palavra o membro Sr. Fernando Costa Félix, que disse o seguinte:-----

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

“Ex.mos Srs. permitam-me que neste período de antes da ordem do dia solicite ao Sr. Presidente da Câmara informações/esclarecimentos sobre as seguintes notícias/situações:

- o descarregar de estrumes ou lamas (fertilizantes ou tóxicas) em terrenos de Vila Nova de Paiva por entidades externas ao município. Isto é verdade? A Câmara Municipal está a par desta situação?

- relativamente às obras de renovação do Posto da G.N.R., já previstas em planos de atividades de anos anteriores e ainda não realizadas, muito embora as atas das reuniões de Câmara revelem algum desenvolvimento e o assunto possa ser falado a seguir aquando da discussão das Grandes Opções do Plano para 2015, permitam-me que questione o estado do processo uma vez que, segundo informações, a não realização de obras de renovação por parte da Câmara Municipal criou um cenário de possível “encerramento” do posto de Vila Nova de Paiva, ficando no Município apenas um operacional a fazer “serviços de atendimento”.

----- O Sr. Presidente da Câmara, informou que a descarga de lamas e estrumes, lhe causou alguma preocupação, e que à cerca de um ano na zona de Pendilhe e Cascano, devido àquelas descarga participou ao SEPNA e ao Ministério da Agricultura. Feitas várias averiguações veio a verificar-se que os transportadores daqueles materiais traziam as credenciais de transporte e documentação comprovativa de conformidade das lamas. Tanto quanto sabe aquelas lamas tratadas e certificadas cuja origem são ETAR's, não podem estar a céu aberto mais de quarenta e oito horas e é por esse facto que lavram os terrenos aos respetivos proprietários imediatamente após a descarga.

----- Quanto ao Quartel da GNR, o Sr. Presidente julga não haver risco de se perder e que recentemente foi feita uma vistoria ao edifício, e enquanto não for feita a remodelação total do edifício a Câmara Municipal fará as reparações necessárias naquele espaço. Tanto quanto sabe, o Ministério da Administração Interna (MAI) prepara-se para lançar aviso de concurso para as obras de remodelação do edifício, que sendo propriedade da Câmara, terá que haver um protocolo de cedência por um período de cinquenta anos. -----

----- De seguida passou-se à análise da ordem do dia, oportunamente enviada a todos os membros, como segue:-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da Sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2014, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.**

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 29 de Setembro do ano em curso. -----

----- **b) 3.ª Revisão ao Orçamento do exercício de 2014**– Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 05 de dezembro de 2014 – Apreciação e votação.

----- O Sr. Presidente justificou a necessidade desta revisão, que se deveu a uma transferência de capital da Junta de Touro para a Câmara Municipal por obras protocoladas entre as duas autarquias.-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos membros Srs. Fernando Félix, Maria Rosário Simões, José Manuel Correia Alves, Paula Nascimento e Cristina Pinto, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento do exercício de 2014.-----

----- **c) Fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal – Proposta de 2 de dezembro de 2014, do Presidente da Assembleia Municipal – Apreciação e votação.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Assembleia datada de 2 de dezembro de 2014, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) O art.º 17.º do Estatuto dos Eleitos Locais (doravante EEL) aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada em Anexo à Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, regula a matéria dos seguros de acidentes pessoais, estabelecendo que todos os eleitos (quer dos municípios quer das freguesias) têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor.

b) De notar que para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, ou seja, a tempo inteiro, o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal, a qual de cada vez que é atualizada pressupõe a correspondente atualização do seguro.

c) Este seguro destina-se a acautelar eventuais acidentes que ocorram no desempenho das funções autárquicas ou por causa delas.

d) A remuneração mensal dos presidentes de câmara de municípios com menos de quarenta mil eleitores, é atualmente no montante, sem reduções remuneratórias, de três mil e cinquenta e três euros, pelo que o valor mínimo do seguro será de € 152.650,00 para os membros em regime de permanência dos executivos municipais.

e) Importa atualizar o seguro de acidentes pessoais em vigor, em paridade com o fixado pela Câmara Municipal para os seus membros.

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 05/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 1 do art.º 17.º do EEL, delibere autorizar a atualização do seguro de acidentes pessoais dos seus membros nas seguintes condições:

i) Âmbito territorial: todo o Mundo.

ii) Pessoas seguras: todos os membros eleitos da Assembleia Municipal, bem como os Presidentes de Junta ou seus substitutos nas sessões do órgão.

iii) Riscos a segurar: Risco Profissional e Extraprofissional (24 horas por dia) e Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas).

iv) Coberturas: Morte ou Invalidez Permanente, Incapacidade Temporária, Despesas de Tratamento e Repatriamento, Despesas de Funeral, e garantia adicional dos seguintes riscos:

- *Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;*
- *Consequentes de greves, distúrbios laborais e alterações de ordem pública;*
- *Resultantes da utilização pelo Segurado/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas, triciclos, quadriciclos e aeronaves comerciais e particulares.*

v) Coberturas/Capitais por pessoa segura, independentemente do cargo:

- Morte ou invalidez permanente € 152.650,00;*
- Incapacidade Temporária € 75,00/dia;*
- Despesas de tratamento € 15.265,00;*
- Despesas de funeral € 2.500,00;”*

----- Abertas as inscrições, e não tendo havido inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe.-----*

*----- **d) Espaço Industrial Municipal de Vila Cova à Coelheira** – Proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 20.850 m², inserida em espaço industrial sito ao Lugar do Sangrinho na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 5 de dezembro de 2014. -----*

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, aprovada na reunião ordinária do dia 5 de dezembro do ano em curso, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) Em cumprimento do n.º 1 do artigo 74.º, por remissão do n.º 1 do artigo 96.º, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (doravante RJIGT), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e alterado pelo Decreto -Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, e atenta às alterações referidas no Decreto -Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada por unanimidade na sua reunião ordinária, de natureza pública, que teve lugar no dia 7 de fevereiro de 2014, decidiu proceder à alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva, cujo Regulamento foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março, alterado e republicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 15 de janeiro, e com as alterações, por adaptação, aprovadas pelos Avisos n.ºs 276/2009, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 3, de 6 de janeiro de 2009, e 11.595/2011, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 101, de 25 de maio de 2011;

b) Em conformidade com a alínea b), do n.º 4, do art.º 148.º do RJIGT, e para efeitos de participação pública, foi aquela alteração publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 39, de 25 de fevereiro de 2014, através do Aviso n.º 3.024/2014, pelo período de 15 dias, bem como em dois jornais diários (Diário de Viseu e Público) e num semanário (Expresso) e na página eletrónica do Município (conforme n.º 2 do art.º 149.º do RJIGT).

c) Decorrido o referido prazo, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva deliberou na sua sessão ordinária pública que teve lugar no dia 28 de abril de 2014, ao abrigo do n.º 1 do artigo 79.º do RJIGT, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião extraordinária realizada no dia 15 de abril de 2014, aprovar, em definitivo, a referida quarta Alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva, entretanto publicada pelo Aviso n.º 13159/2014 na 2.ª série do Diário da República n.º 229, de 26 de novembro de 2014.

d) Aquela alteração não tem qualquer implicação no Regulamento do PDM, limitando-se a alterar o limite da área assinalada na Planta de Ordenamento do PDM como Espaço Industrial (ZI), no lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, ampliando a mesma em 1,01 hectares, passando da área atual de 14,27 hectares para 15,28 hectares, o que se traduz num acréscimo de 6,6%, relativamente à área total, e destinada à instalação de pequenas unidades de produção e ou transformação, não poluidoras, por isso com impacto ambiental diminuto, quer pela sua dimensão, quer pela sua natureza (como é o caso, por exemplo, de serralharias, carpintarias, armazéns de produtos agrícolas, para a

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

construção e ou outros de natureza similar), incentivando a sua deslocalização do interior dos aglomerados urbanos e fomentando o investimento e a criação de emprego, favorecendo a fixação de população na área do Município.

e) Nessa conformidade importa, desde já, proceder à delimitação de uma primeira unidade territorial pertencente àquele espaço industrial e integrada no domínio público municipal, sobre a qual incidirá futuramente um primeiro projeto de loteamento municipal, para dar satisfação a interessados em instalar unidades industriais naquele espaço industrial, aplicando-se-lhes para o efeito, por analogia, as regras contidas no Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial do Vale do Forno de Vila Nova de Paiva publicado pelo Edital n.º 378/99 na 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de novembro de 1999.

f) Para que aquela unidade territorial passe a integrar o domínio privado do Município e nela possa incidir um loteamento industrial, é necessário proceder à sua desafetação do domínio público municipal.

g) De harmonia com o disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal.

Assim, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar, para submissão à apreciação e decisão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, a presente proposta de desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 20.850 m² (vinte mil e oitocentos e cinquenta metros quadrados), destinada à construção, inserida no Espaço Industrial sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, conforme Planta de Localização anexa, com as seguintes confrontações:

- Norte: Freguesia de Vila Cova à Coelheira;*
- Nascente: Freguesia de Vila Cova à Coelheira;*
- Sul: Caminho e outros;*
- Poente: Estrada Municipal.*

À referida parcela de terreno é atribuído o valor de € 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos euros).

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou-o a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, acima transcrita. -----

----- **e) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2015 no âmbito da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 4 de dezembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 5 de dezembro de 2014 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente datada de 04 de dezembro de 2014, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 5 de dezembro do ano em curso, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro e 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, doravante designada de LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pelas Leis n.ºs 64/2012, de 20 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, diploma que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP).

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2015 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município no exercício transato, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que

respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre a sua a proposta.-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- **f) Proposta de nomeação da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como Auditora Externa do Município de Vila Nova de Paiva no âmbito o disposto nos artigos 76.º e 77.º do regime financeiro das Autarquias Locais** – Proposta datada de 19 de novembro de 2014, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 21 de novembro – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 19 de Novembro, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 21 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de Novembro, foi aprovado o novo regime financeiro das autarquias locais (doravante RFAL) e das entidades intermunicipais, entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2014, sendo revogados a designada Lei das Finanças Locais (LFL) aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, bem como o Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de Junho;

b) De harmonia com o n.º 3 do art.º 76.º do RFAL, os documentos de prestação de contas são remetidos à assembleia municipal para apreciação, juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas (ROC) ou sociedade de revisores oficiais de contas (SROC), nos termos previstos no art.º 77.º da mesma lei.

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 05/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

c) Estabelece o n.º 1 do art.º 77.º do RFAL, que o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

d) Compete ao auditor externo, que procede anualmente à revisão legal das contas, de acordo com o n.º 2 do mesmo art.º 77.º do RFAL:

i) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;

ii) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos (PPI) do município;

iii) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;

iv) Remeter semestralmente à câmara municipal e à assembleia municipal informação sobre a respetiva situação económica e financeira;

v) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

e) Compete, ainda, ao auditor externo, de harmonia com o n.º 4 do mesmo art.º 77.º do RFAL, pronunciar-se sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

f) A contratação da prestação de serviços de um ROC ou SROC para efeitos de certificação legal de contas nos termos dos artigos 76.º e 77.º do RFAL, terá que obedecer ao disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, entrada em vigor em 1 de setembro de 2014, conjugados com as disposições do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro.

g) Tendo em consideração as características das tarefas previstas no n.º 2 do art.º 77.º do RFAL, o contrato a celebrar será na modalidade de contrato de avença nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 10.º da LTFP, que se caracteriza por ter como objeto a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das

partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 60 dias e sem obrigação de indemnizar.

h) Na sequência de consulta efetuada, por meu Despacho de 14 de novembro de 2014, por ajuste direto ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do art.º 16.º e alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, na redação do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, adjudiquei a prestação de serviços de auditoria externa no âmbito dos artigos 76.º e 77.º do RFAL, à firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, pessoa coletiva registada sob o número 502 525 410, como sede em Bragança, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, ficando a adjudicação condicionada à nomeação da sociedade como auditora externa do Município pela Assembleia Municipal.

i) A adjudicação é válida pelo período de um ano a contar do primeiro dia do mês seguinte ao da nomeação da SROC pela Assembleia Municipal, sem prejuízo de ser eventualmente prorrogável por igual período, até ao limite máximo de três anos, ao abrigo do art.º 440.º do CCP, por remissão do art.º 451.º do mesmo código.

j) A adjudicação foi pelo preço contratual de € 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos euros), a que acrescem € 1.242,00 (mil duzentos e quarenta e dois euros) correspondente ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa de 23%, o que totaliza a importância de € 6.642,00 (seis mil, seiscentos e quarenta e dois euros), traduzindo-se numa avença mensal, com IVA incluído, no valor de € 553,50 (quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos), conforme Proposta da firma datada de 5 de novembro de 2014.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere, ao abrigo do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de Novembro, aprovar a presente proposta, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, para nomeação da firma Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, como auditora externa do Município no âmbito dos artigos 76.º e 77.º da mesma lei.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada a este Órgão Deliberativo da Autarquia.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix, para referir o seguinte: -----

“Relativamente ao processo de seleção da sociedade Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda, com sede em Bragança, como auditora externa do Município

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

de Vila Nova de Paiva, permitam-me que questione apenas o seguinte: foram consultados revisores oficiais de contas sedeados no distrito de Viseu? Esta sociedade selecionada foi já contratada por algum dos municípios vizinhos ao nosso?"

----- O Sr. Presidente informou, que o procedimento da aquisição dos serviços foi por ajuste direto, e que esta sociedade de revisores presta serviços em algumas Câmaras do Distrito Viseu tais como, Moimenta da Beira, Lamego, São João da Pesqueira e outras. -----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita. -----

----- **g) Manutenção da alteração transitória da aplicação de normas do Regulamento e Tabela de Taxas aprovado pelo Regulamento n.º 890/2010, publicado pelo Edital n.º 267/2013 na 2.ª Série do Diário da Republica n.º 53, de 15 de Março de 2013** – Proposta datada de 18 de novembro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 21 de novembro de 2014.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 18 de Novembro, aprovada em reunião da Câmara do dia 21 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em sessão ordinária que teve lugar no dia 28 de fevereiro de 2013, nos termos dos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa e no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de dezembro, conjugado com a alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da designada Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 -A/2002, de 11 de janeiro, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2013, deliberou aprovar medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para vigorar nos anos de 2013 e 2014, que se traduziu na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, alterado pelo Edital n.º 427/2011 publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 89, de 9 de maio de 2011, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento.

b) Aquelas medidas entraram em vigor em 29 de março de 2013, mediante alteração transitória do Regulamento n.º 890/2010 publicada através do Edital n.º 267/2013 na 2.ª Série do Diário da República n.º 53, de 15 de março de 2013.

c) O desagravamento de taxas foi aplicado aos procedimentos ou processos com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2013 e sobre os quais incidissem apenas taxas não urbanísticas, e a redução das taxas urbanísticas foi aplicada aos procedimentos ou processos requeridos após 29 de março de 2013.

d) Em 31 de dezembro de 2014 caducam aquelas medidas excecionais, que até ao passado dia 14 de novembro se traduziu numa poupança para os agentes económicos, nas operações urbanísticas realizadas, no valor superior a quarenta e quatro mil e quinhentos euros.

e) Aquelas medidas de estímulo foram então justificadas atendendo ao quadro evolutivo da conjuntura económica nacional, que apontava para uma contração acentuada da atividade económica, devido nomeadamente às medidas de austeridade preconizadas no Memorando de Entendimento acordado em 2011 entre a República Portuguesa e a troika formada pelo FMI, BCE e UE.

f) Tendo cessado em maio de 2014 o período de intervenção do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), e muito embora as projeções da evolução da economia nacional para o ano de 2015 se anunciem serem positivas, certo é que tal só ocorrerá provavelmente se as economias dos países da UE evoluírem ainda mais favoravelmente, em particular as economias dos países com quem Portugal tem maiores relações comerciais, o que não é pacífico que venha a suceder.

g) Importa, neste contexto, ao nível da economia local, equacionar pela manutenção ou não das medidas excecionais tomadas e em vigor até ao final do corrente ano, por forma a continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.

h) A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 05/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:

1.º) Autorizar que o agravamento de taxas em dobro a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, se mantenha, durante o ano de 2015, reduzido para dez por cento.

2.º) Nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2015, e durante todo este ano, o valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, seja reduzido nos termos a definir pela Câmara Municipal.”

----- Conforme deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião ordinária de 21 de novembro, foi decidido por unanimidade aprovar o ponto 1.º da Proposta do Sr. Presidente e, em relação ao ponto 2.º da Proposta, manter para o ano de 2015 a redução em 50% das taxas urbanísticas incidentes em processos de operações urbanísticas desencadeados durante o ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- Foi também presente à reunião a Informação SR-26/2014, de 14 de Novembro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU), dando conta do montante resultante da redução das taxas urbanísticas no período de 8 de Abril de 2013 a 14 de Novembro do ano em curso.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, a solicitação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestou esclarecimentos complementares acerca da proposta apresentada. -

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveu-se e usou da palavra o Sr. António Coelho, para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se período de redução de taxas referido na informação da DTOU houve, comparando com anos anteriores aumento da construção no concelho ou se simplesmente a Câmara deixou de arrecadas os quarenta e quatro mil euros referidos naquela informação. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que neste período de tempo de redução de taxas muitas pessoas aproveitaram para legalizar obras já edificadas. Mas que onde houve maior incidência foi no licenciamento obras cujos projetos foram co-financiados (construção de aviários) projetos esses desenvolvidos por jovens empreendedores.

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, nos termos aprovados pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 21 de novembro. -----

----- **h) Grandes Opções do Plano e orçamento para o ano financeiro de 2015** – Aprovados em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 29 de outubro de 2014 com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião 21 de novembro de 2014 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de Outubro, aprovada em reunião extraordinária do dia 29 de outubro, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião ordinária do dia 21 de novembro do ano em curso, do seguinte teor integral: -----

----- *“Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.*

De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do referido RFAL, a Câmara Municipal tem que apresentar à Assembleia Municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.

Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2015, foram tidas em consideração as transferências do Orçamento do Estado para 2015 previstas na Proposta de Lei n.º 418/2014, de 11 de outubro, verificando-se no caso do Município de Vila Nova de Paiva um aumento das transferências previstas para o ano de 2015 superiores em € 226.768,00 (+ 6,16%) às transferidas pelo Orçamento do Estado de 2014.

De realçar que com este acréscimo de receita, comparando o valor das transferências previstas para o Município na Proposta de Lei n.º 418/2014 do OE para 2015 com o valor das transferências previstas no Orçamento de Estado de 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril), se verifica uma recuperação da receita no período em causa: a perda de receita passa de 15,56% para 10,36%.

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir por força da conjuntura económica e das medidas de austeridade previstas na Proposta do OE para 2015, embora atenuadas, o Município tem que continuar a prosseguir as suas atribuições, devendo definir as prioridades que entenda relevantes para o seu futuro, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.

O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 9.287.347,00, que traduz um decréscimo em relação ao exercício de 2014 superior a 16,5%.

No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) das Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais ainda do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional – 2007/2013, bem como no âmbito do novo quadro de apoio comunitário para 2014/2020.

De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, fixada para 2013 na taxa máxima de 0,25%, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, as propostas das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;

b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25%, para o ano económico de 2015, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);

c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o ano económico de 2015, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.”

----- O Sr. Presidente da Assembleia, informou que, decorrente das novas regras as GOP e orçamento tiveram de ser elaborados e aprovados pela Câmara até 30 de Outubro, assim como enviados ao Presidente do Órgão deliberativo, que por sua vez os enviou por e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para referir que 2015 é um ano com uma nova realidade em virtude do fecho de um ciclo e o início de um outro. Disse que o Municípios de Vila Nova de Paiva, assim como outros de igual dimensão, que dependem muito dos fundos transferidos pelo Orçamento de Estado e da audácia de irem aos fundos comunitários, está num período de transição salvo alguma exceção, o que está projetado é o que não foi concluído e também os novos projetos que se pretendem e se consideram essenciais para o município com algumas nuances e novas regras. As GOP e Orçamento, de agora e diante, como já referiu o Sr. Presidente da Assembleia, por força das novas regras têm de ser elaborados, aprovados Câmara Municipal e enviados ao Presidente da Assembleia até 30 de Outubro. A outra regra é que a partir de agora todos os Planos e Orçamentos têm de ter uma execução nunca inferior a 85%, o que obriga a que a elaboração destes documentos seja mais realista. No ano de 2014 o orçamento aprovado rondava os onze milhões e vinte e nove mil euros, agora, e para acautelar o orçamento para 2015, mais realista e adequado à dimensão da autarquia ronda os nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil euros. há necessidade de acautelar para que no final do ano não se sofrerem penalizações pela não execução de pelo menos 85% do previsto.-----

----- Informou que já depois das GOP aprovadas e enviadas ao Sr. Presidente da Assembleia houve necessidade de as alterar, com a inclusão de um novo projeto, porque em fim de ciclos Comunitários há sempre verbas que não são gastas, como aconteceu no Programa Operacional do Centro em que há ainda por executar a quantia de quatrocentos milhões de euros, tais valores ainda podem ser executados até ao final do prazo prorrogação, que é junho de 2015, e que nestes casos quem é chamado a poder executar é que tem capacidade para tal, por isso é que foi incluído nas GOP o

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

projeto do relvado do campo de futebol de Vila Cova à Coelheira, que tem grandes hipóteses de ser executado e com uma comparticipação de 85%.

O Sr. Presidente informou que a partir de Janeiro de 2015 o Programa Operacional Regional não prevê a Construção de Estradas, nem a construção de raiz de equipamentos de coesão tais como piscinas, equipamentos desportivos, casa de cultura, centros escolares, etc., tendo sido esta, uma das razões que nos levou a abandonar a ideia de construção da obra do Centro Escolar e a optar-se pela remodelação do edifício do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva . O novo paradigma são as pessoas a criação de emprego, a criação de riqueza e a sustentabilidade dos equipamentos existentes. -----

----- De seguida o Sr. Presidente da Câmara fez uma análise detalhada dos projetos inscritos no Plano para 2015, tendo realçado a modernização administrativa e a desmaterialização de processos, que irá permitir o acesso aos processos sem haver necessidade de as pessoas terem que se deslocar à Câmara Municipal para tratar dos seus assunto, podendo trata-los online. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveram-se e usaram da palavra seguintes membros: -----

----- O Sr Amândio Salvador, usou da palavra para referir como segue: -----

“Sr. Presidente da Câmara, li o Plano e vi que para o Touro há muitas ruas inscritas, e como eu li, também os outros membros desta Assembleia leram, e podem pensar que o Sr. Presidente trabalhou muito no Touro. Quero que eles saibam que todas as ruas feitas no Touro foram todas feitas em parceria com a Junta de Freguesia a 50%.

Também reparei que algumas ruas que vêm inscritas no Plano já estão concluídas, como a requalificação da Rua Central – 1.ª fase, Rua da Relva, Rua da Pereira, Rua do Portinho e Beneficiação dos acessos e passeios da Avenida do Calvário.

Queria que me explica-se porque é que estas ruas constam no Plano para 2015. nas obras que estão inscritas para o ano de 2015, constato que é só abertura de Rubricas, salvo a Rua Central que tem uma verba considerável. Não sei se são para fazer este ano, se ficam na lista de espera . Todas as obras são necessárias, mas destaco duas, que para mim, e o senhor Presidente tem conhecimento, é urgente que fazê-las, é o pontão da Rua da Lameira e o cruzamento da Cerdeira. A primeira porque os carros já batem no chão e a segunda para evitar acidentes que têm sido muito frequentes naquele local.

Gostava de ver inscritas outras obras como: A colocação de sintético e iluminação no Polidesportivo, até porque vejo aqui uma obra no campo de futebol de Vila Cova à Coelheira orçada em 250 mil euros. Qual a justificação para tal obra?

Gostava de ver inscrita uma verba para terminar o Parque Urbano e Praia Fluvial do Touro, porque constato que para outra Praia Já está inscrita a 2.ª fase, e a nossa ainda nem a 1.ª fase está concluída, sendo a primeira praia fluvial a ser começada.

Também gostava de ver inscrita no plano de atividades, as bermas ou passeios da Rua do Seixal.

O Sr. Presidente, disse um dia que tinha sete filhos que eram as sete freguesias, agora só já são cinco, mas o orçamento deve ser distribuído pelas sete, porque Alhais e Fráguas também têm as suas necessidades. Quero com isto dizer que devemos ser tratados todos com equidade.

Sr. Presidente, na freguesia do Touro também existem duas associações que, por sinal estão bem ativas e uma delas também tem escola de música, e que precisam de ser apoiadas, não se esqueça delas.

Sr. Presidente e as verbas do Protocolo de limpeza de ruas, bermas e valetas escolas. Quando é que a verba é transferida para as Juntas de Freguesia? Não sei se os meus colegas já receberam, a Junta de Freguesia do Touro ainda não recebeu nada.

Sr. Presidente, termino dizendo-lhe que conte com a freguesia do Touro, e com a Junta de Freguesia pode contar para fazer as parcerias possíveis para continuarmos a dar resposta aos anseios e necessidades das pessoas.

Desejo a todos um Santo Natal e um Ano de 2015 cheio de saúde e paz.”

----- O Sr. Mário Morgado, usou da palavra para referir o seguinte:-----

“Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Srs. ouvintes da rádio Escuro, Senhoras e Senhores.

O Sr. Presidente apresenta-nos um orçamento em linha com os anteriores, na linha do rigor, na linha da seriedade, na linha da credibilidade, portanto é um orçamento que deve orgulhar esta Câmara e esta Assembleia Municipal. O que prova o bom trabalho e disciplina que o Sr. Presidente tem cumprido aos longo destes anos.

Saliento neste orçamento a criação do Roteiro Cultural do Concelho, as obras de requalificação da Escola do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva, a aquisição de iluminação LED com sensores de Fluxo, penso que estes melhoramentos tornarão

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 05/2014 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

mais valia para todos, sendo elas protagonizadas nas áreas da cultura e turismo, na educação e na área da eficiência energética, áreas bem caras a todos os munícipes.

Em conversa com o comandante do Posto da GNR, mostrava-me ele as suas preocupações e anseios relativamente às condições do edifício do quartel. Convidou-me de seguida a ver para crer. Senhor Presidente, espero que a remodelação do quartel seja mesmo executada, sem mais demoras para dignificar o trabalho daqueles que preservam a segurança e a ordem pública e tenham o mínimo de dignidade no seu posto de trabalho e que se sintam bem a defender as gentes de Vila Nova de Paiva.

Relativamente à requalificação da Rua Central, no Touro, o Sr. Presidente da Câmara tem neste orçamento prevista uma verba de 250 mil euros para a execução da obra. O Sr Presidente da Junta disse-me que comparticipará com 50%. Assim se Junta de Freguesia do Touro contribuir com 125 mil euros, fica sem orçamento para todas as outras despesas que tenha. Não poderá ser.

Sr. Presidente no apoio às associações desportivas e culturais parece-me que existe uma disparidade, apoio à Banda Musical Progressiva de Vila Cova à Coelheira 2.500 €, apoio do Centro Cultural de Vila Cova à Coelheira 5.650 €, apoio à escola de musica da Banda de Vila Cova à Coelheira 5.000 €.

Permita-me senhor presidente de enumerar algumas atividades que o GDCR Tourense realizou durante este ano:

- Noite de fados, carvalhal , santos populares, noite de tuna, Touro convida, semana cultural com a cegada a malhada e a desfolhada, sunset on Touro, Magusto, fim de semana e passeio a Santiago de Compostela, Touro winter fest.

Outra associação da freguesia do Touro, a associação da Cerdeira também tem escola de musica, pedia neste aspeto senhor Presidente uma melhor redistribuição dos apoios.

Perguntava por ultimo de que forma o programa de reabilitação de habitações antigas e degradadas se iria desenvolver”

O Sr. José Manuel Rodrigues, referiu o seguinte:-----

“Em tempo de dificuldades acrescidas para Portugal e consequentemente para os municípios, numa era dominada simultaneamente pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios requer a existência de organizações autárquicas cada vez mais eficazes e eficientes, prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expetativas dos cidadãos.

Por isso, os responsáveis autárquicos (e incluo aqui os deputados municipais) devem ser cada vez mais competentes e exigentes consigo próprios e ao mesmo tempo

devem apresentar rigor e disciplina na elaboração, análise e aprovação das contas públicas atualmente,

- Têm que fazer mais com menos

. Com criatividade e inovação

. E adaptar o que já se faz bem no país e lá fora.

Exigência cada vez maior no cumprimento da lei;

Implementar um trabalho no território em Rede utilizando para tal, as organizações associativas existentes ;

- Modernização da Administração Local

. E uma proximidade cada vez maior com as populações

. Feitas as considerações prévias, estamos aqui para analisar na base das competências deste órgão deliberativo municipal a proposta Quadro Plurianual de Programação Orçamental.

A proposta de orçamento municipal em articulação com as grandes opções do plano.

Todas as projeções, macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado, são utilizadas para chegar aos resultados aqui apresentados;

Também existem as projeções quanto às receitas próprias do município que estão consideradas no global das Receitas de 2015.

É certo, que por norma, estas projeções apresentam valores muito díspares da realidade, aliás como se pode comprovar na comparação dos valores apresentados nestes documentos e as contas finais do município. Mas nas entidades públicas é um enquadramento, diria algo normal e generalizado, por diversas razões que agora não vou analisar.

- O que podemos analisar objetivamente do Orçamento para 2015 !

Um orçamento global de 9.287.347 €, que consubstancia uma redução de 16,5% face ao aqui apresentado no ano anterior e para o ano em curso;

Receitas previstas do Orçamento Geral do Estado de 4.206.101 €;

Receitas próprias de 415.464 € (10% das receitas do município) fundamentalmente suportadas com impostos diretos e taxas multas e outras penalidades;

Despesas com pessoal no montante de 2.506.709€, representando 45% do total das Receitas Correntes Previstas. Convém referir que nas contas finais o peso percentual deste custo de funcionamento aumenta, porque por norma o orçamento não é executado a 100%;

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

Os restantes valores da receita corrente (2.900.000€) serão utilizados na aquisição de bens e serviços, onde a rubrica maior é de 1.330.751 e onde estão incluídos os encargos com instalações e transportes (escolares);

Nas rubricas de capital (investimento), do lado das receitas estão consideradas verbas, como é referido no documento de apresentação da proposta das GOP e da proposta de orçamento municipal, que dependerão da capacidade do município em se cofinanciar através da captação de fundos Nacionais e Comunitários quer ainda por fundos estruturais ainda do QREN;

Assim, os investimentos a efetuar no município ficam dependentes da abertura do QREN 2014/2020 e da capacidade do município concorrer a esses apoios e o terminus do QREN 2007/2013, ainda aberto até junho de 2015.

Parece-me que neste âmbito a nossa capacidade estará assegurada a julgar pelos enquadramentos e trabalho efetuado anteriormente.

No entanto o que se pode constatar nestas rubricas de investimento (nas rubricas com maior impacto no orçamento para 2015:

- 1) Construção do troço da Ponte/Prais/Lar - 350.000 €;*
- 2) Construção da Rua Largo da cerca, em Queiriga - 333.000€;*
- 3) Requalificação da EN 323 Vila Nova de Paiva/Alhais - 710.000€;*
- 4) Alteração do Parque Urbano e Praia Fluvial - 285.000€;*
- 5) Dívida Autarquia, (dívida e juros) - 583.000 €;*

Beneficiação do Estádio Dinís de Carvalho em Vila Cova à Coelheira (com relvado sintético e baneários - 250.000 €

Biblioteca – 250.151 €.

Podemos constatar que ainda existe uma grande apetência na construção/acabamento/requalificação de infraestruturas do Concelho.

Parece-me que este enquadramento só tem viabilidade se obter participações/apoios necessários para conclusão. E alguns dos projetos referenciados têm esse co-financiamento assegurado.

Questiona se a Beneficiação de Estádio de Vila Cova à Coelheira tem assegurado o apoio? E em que montante?

Existem outra preocupações do município, que vêm no seguimento da sua atuação de anos anteriores:

- Melhoria da administração local

Na segurança e ordem publica, com o início do projeto de remodelação do Quartel da GNR

Proteção Civil

- *Qualidade do ensino no concelho com pequenos investimentos previsto nesta área*
- *Serviços auxiliares de ensino com a manutenção das despesas suportadas com passes escolares e transportes*

- *Ação Social com apoios às associações do concelho, que na minha opinião deveriam ser refrescadas face ao enquadramento rural, económico em que vivemos;*

Água – área muitas vezes referida como deficiente, está contemplado um investimento de cerca de 65.000 €.

1) Questão

Quais as prioridades que o município entende como relevantes na sua atuação para 2015?

Se nessas prioridades existe algo pensado, planeado ou até já em fase de implementação nas seguintes áreas que considero relevantes para a viabilidade de qualquer município, muito mais nos municípios do interior e de pequena expressão:

Desenvolvimento económico local

Que tipo de atuação o município pretende dinamizar para melhorar as condições dos agentes económicos instalados no território e fundamentalmente que mecanismos/estratégias que potenciem o desenvolvimento e a fixação das empresas no concelho?

Desertificação - Sei que é um tema difícil, reconhecido por todos. O que é facto é que na última década Vila Nova de Paiva perde 15% da população e ainda continua a perder. Que políticas podem contrapor este enquadramento?

Agricultura – área económica com elevada capacidade de retenção/atração de jovens, e não jovens potenciando a actividade económica dos territórios. Que vantagens um jovem agricultor pode encontrar em Vila Nova de Paiva? Que políticas existem ou delineadas para dinamizar/atrair a constituição de empresas agrícolas no Concelho ?

Refiro que podemos aqui considerar quatro setores, nomeadamente a avicultura com elevado potencial de instalação no território do concelho”

----- O Sr. Fernando Félix, usou da palavra para dizer o seguinte: :-----

Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 deixem-me que diga o seguinte:

Eu compreendo o sentido de oportunidade da candidatura de algumas obras, refiro contudo que, na minha opinião, o Plano de Atividades e o Orçamento em discussão apresenta-se vincadamente na linha dos anteriores. Isto na medida em que se irá continuar a apostar em iniciativas (obras como abertura de novas ruas, construção de campos de futebol, etc) que, permitindo a “injeção” de dinheiro na

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

economia regional, uma vez que são na sua maioria executadas por empresas externas ao Município, poucos resultados têm revelado na criação de emprego local, na fixação de pessoas neste Município. Os munícipes continuam, apesar de já se falar em alguma “retoma” financeira (retoma que à semelhança da crise será sempre mais rápida do que a económica, esta por regra mais lenta e mais sentida/vivida pelas pessoas) com elevadas dificuldades em encontrar ou criar emprego e/ou a suportar a enorme carga fiscal resultante das políticas de consolidação orçamental nacionais.

Assim, e reiterando o já dito em anteriores intervenções, refiro a necessidade de se implementarem políticas locais direccionadas para a promoção do emprego e das condições de vida das pessoas, referindo novamente, o por mim defendido aqui há alguns anos, se não seria oportuno a Câmara Municipal, à semelhança de muitos outros municípios deste País, utilizar um instrumento fiscal que tem à sua disposição, a participação variável do IRS, e, abdicando dessa receita, deixar esse dinheiro no bolso dos contribuintes deste município. Na minha opinião, e conforme referi sempre que defendi essa iniciativa, é oportuno e necessário, na medida em que se aliviava a carga fiscal existente sobre os salários, deixaria dinheiro no mercado, promovendo o consumo e o emprego, e de certa forma até seria mais justo com muitos contribuintes deste município que apesar de não trabalharem cá, continuam a pagar aqui os impostos e não beneficiam desse alívio fiscal e competitivo dado por outros municípios, nem beneficiam como os funcionários desta Câmara de algumas tolerâncias como de Carnaval, Segunda-Feira de Páscoa, etc.

Por último e continuando a pensar na melhoria da vida dos munícipes sugiro à Câmara Municipal que pondere a criação neste Município de um serviço de apoio aos consumidores à semelhança dos existentes em diversos municípios portugueses. Conforme se poderá confirmar no portal eletrónico (<http://direitos.webcindario.com/centrosautarquicos.html>) estes Centros de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC) “são estruturas da iniciativa das autarquias, no âmbito das suas competências de apoio ao consumidor, com o apoio da Direcção-Geral do Consumidor, que constituem uma solução de proximidade para obter informação e aconselhamento em questões de consumo e assegurar uma intervenção de mediação na resolução de conflitos.”

E, segundo informações por mim obtidas recentemente, existem alguns CIAC's, nomeadamente o de Vila Real, que otimizam os recursos materiais e humanos alocados aos Julgados de Paz, funcionando no mesmo edifício e sendo as diversas funções exercidas cumulativamente pelos funcionários destacados pela autarquia àquele serviço. Assim e dado que vivemos numa sociedade de consumo, propensa ao

aparecimento de um significativo número de “conflitos comerciais”, e atento os não encargos financeiros, permitidos pela otimização dos recursos já existentes, sugiro à Câmara Municipal que pondere a criação de tal serviço neste Município com funções de prestação de informações aos consumidores, receção e o acompanhamento de reclamações, mediação de conflitos de consumo, etc.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, dando resposta e esclarecimentos à intervenções referiu o seguinte:-----

“ Quanto à duas questões colocadas pelo Sr. Fernando Félix, relativas à fixação de pessoas são de facto preocupação de todos nós. A Câmara têm vindo a tomar algumas medidas no sentido de inverter a situação. Nesta reunião de hoje e à semelhança do ano anterior, acabamos de decidir a redução de taxas urbanísticas, a distribuição gratuita de livros a todas as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico. O Município de Vila Nova de Paiva deve provavelmente ser o único em os alunos têm transporte escolar totalmente gratuito até ao 12.º ano. A Fixação das pessoas é uma temática muito difícil porque tudo mudou, há muita falta de oportunidades. Como o Sr. José Rodrigues referiu a fixação das pessoas só será possível com empreendedorismo, com a criação de empresas agrícolas. Há já alguns jovens do Concelho que com apoios comunitários ciaram o seu próprio emprego na área da agricultura, avicultura e pastorícia. A Floresta é também uma das nossas grandes potencialidades que, devidamente ordenada e protegida pode criar riqueza. Com a modernidade a ruralidade pode ser uma boa alternativa ao estilo de vida que até agora se apregoava.

Quanto à criação de um centro de informação autárquica do consumidor, referido pelo Sr. Fernando Félix, é com orgulho que digo Sr. Fernando, o maior informador da nossa população é o Presidente da Câmara. No entanto se virmos que há necessidade, criaremos esse centro e até já dispomos de recursos humanos para o efeito.-----

O Município está preocupado, não perdendo o rigor da gestão temos de aproveitar o que ainda nos é permitido até junho. Depois com a abertura do novo quadro comunitário certamente que iremos projetar outras obras. Tal como o Sr. Presidente da Junta do Touro referiu, em parceria e com esforço próprio podemos fazer muito pelas nossas freguesias e respetivas populações. Mas, primeiro temos de saber o que podemos fazer e o que nos deixam fazer.-----

O Sr. José Rodrigues referiu algumas preocupações quanto à despesa corrente da autarquia. É certo que temos a preocupação de baixar as despesas fixas, nomeadamente as despesas com pessoal, energia elétrica, comunicações e

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

combustíveis. Atualmente as despesas com pessoal não podem ser superiores 45% das receita correntes. Aproveito para informar a Assembleia de que a Câmara Municipal já assinou rescisão amigável de funções com duas trabalhadoras.

Quanto ao apoio às associações do município, estas têm sido apoiadas em função das atividades desenvolvidas, e sendo a nossa prioridade no imediato e até junho o fecho de um ciclo, neste fecho de ciclo há um conjunto de entidades/associações que a Câmara têm de apoiar porque têm execução obras financiadas.”

----- O Sr. José Rodrigues voltou a intervir para expressar o reconhecimento de rigor, da competência e da boa gestão do atual Executivo.-----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação os documentos de gestão acima identificados.---

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Paula Nascimento, Rosa Cristina Pinto, Amandio Salvador e Maria do Rosário Simões, aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o exercício de 2015, manter em 0,25%, para o ano económico de 2015, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o ano económico de 2015, o valor das demais taxas municipais.-----

----- **i) Mapa do Pessoal do Município para o ano de 2014**, aprovado em reunião extraordinária do dia 29 de outubro de 2014 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de Outubro, aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 29 de outubro de 2014, do seguinte teor integral: -----

“1 – A Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, entrada em vigor no passado dia 1 de Agosto de 2014, aprovou em Anexo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP), e revogou várias disposições legais, nomeadamente a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), que estabelecia os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, com exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º, e a Lei n.º 59/2008, de 9 de setembro, que aprovou o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).

2 – De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da LTFP, o novo regime regula o vínculo de trabalho em funções públicas, e é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita

às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica. De realçar que o disposto na LTFP não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor (n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular).

3 – Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

4 – Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.

5 – Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2015, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art. 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou, se legalmente admissível,

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

6 – O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

7 – A evolução do número de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva desde 1 de janeiro de 2009 e sua previsão em 31 de dezembro de 2014, é apresentada no quadro seguinte:

| | Número de trabalhadores | 31.12 2008 | 31.12 2009 | 31.12 2010 | 31.12 2011 | 31.12 2012 | 31.12 2013 | 31.12 2014 |
|-----|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| (1) | .Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado | 82 | 81 | 79 | 76 | 75 | 73 | 71 |
| (2) | .Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009 | 0 | 0 | 43 | 46 | 47 | 48 | 48 |
| (3) | Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2) | 82 | 81 | 112 | 122 | 122 | 121 | 119 |
| (4) | Contratados a termo resolutivo certo | 61 | 56 | 20 | 1 | 9 | 0 | 0 |
| (5) | Contratados a termo resolutivo incerto | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| (6) | Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5) | 143 | 137 | 132 | 128 | 136 | 126 | 124 |

8 – Como se pode verificar no quadro que antecede, em 31 de Dezembro de 2014 a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva contará com o total de 124 (cento e vinte e quatro) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 119 (e dezanove) contratados na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 71 (setenta e um) transitados em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva (houve uma aposentação em 2014 até à data), e 48 (quarenta e oito) contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

Não há pessoal contratado na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Não se encontra em curso qualquer procedimento concursal.

9 – Sem prejuízo de eventuais extinções de vínculos de emprego público por acordo entre trabalhadores e o Município ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, ao abrigo do n.º 5 do art.º 296.º da LTFP, o Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver para o exercício de 2015.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2015, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2015, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- O Sr. Presidente informou que o mapa apresentado, neste momento já tem algumas alterações, pelo fato de um trabalhador estar já aposentado e ter havido rescisão amigável com duas auxiliares de educação.-----

----- Abertas as inscrições, inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix, que referiu o seguinte: -----

“Relativamente ao Mapa de Pessoal do Município para ano de 2015 e uma vez que o projeto em discussão propõe, além da ocupação do cargo de um Chefe de Divisão, a ocupação do posto de Encarregado Operacional, permitam-me que questione o Sr. Presidente da Câmara se para o preenchimento da vaga de Encarregado Operacional o executivo camarário irá agora considerar os resultados do concurso aberto e unilateralmente “cancelado” pelo mesmo no anterior mandato, ou seja, se o executivo irá utilizar e respeitar a graduação de candidatos resultante do processo de seleção outrora efetuado.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, referiu que o concurso para recrutamento de um encarregado, não foi cancelado, mas sim anulado, pelo que de entre os atuais trabalhadores será escolhido um para o exercício de funções em regime de mobilidade interna à semelhança do que aconteceu com o anterior encarregado geral, que entretanto se aposentou.-----

| | |
|------------------------|-----------|
| Ata N.º 05/2014 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6 | |

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa colocou-o a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com abstenção dos Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Paula Nascimento, Rosa Cristina Pinto, Amândio Salvador e Maria do Rosário Simões, aprovar o mapa de pessoal apresentado. -----

----- **j) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro do ano em curso, textos das atas das reuniões da Câmara Municipal no período compreendido entre 29 de Setembro e 15 de Dezembro, mapas contendo a informação sobre a situação financeira do Município, informação sobre os processos judiciais em curso, nos termos do artº 25º, nº 2, alínea c) do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.-----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos 71.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Do público presente não houve quaisquer inscrição para intervir.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram dezassete horas e cinco minutos.-----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

